



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

No cenário macroeconômico em 2015, a elevação da taxa de juros foi um agente importante que influenciou no comportamento do mercado financeiro, impactando diretamente no resultado da empresa.

A Brasilcap completou 20 anos e manteve a liderança do setor de capitalização pelo 19º ano seguido. Norteada por uma estratégia de negócios eficiente, sustentável e inovadora, a Companhia teve mais um ano de conquistas, como o lançamento do Ourocap 20 anos e sua maior premiação da história do segmento – R\$ 20 milhões. Além disso, a Brasilcap alcançou resultados que consolidaram as parcerias na modalidade popular com os Correios (PostalCap) e com o Grupo Votorantim (Boa Sorte, Reserva da Sorte e Parcela Premiável), além de manter em alta soluções como o Cap Fiador (produto que oferece garantia locatícia) e o Promocap (produto para incremento de negócios para empresas). Números expressivos que reforçam o caráter de companhia em constante crescimento. O faturamento no período foi de aproximadamente R\$ 6,5 bilhões, volume que superou a evolução registrada pelo mercado de capitalização. O desempenho ao longo do ano contribuiu para o lucro líquido de R\$ 378,8 milhões. As reservas técnicas atingiram aproximadamente R\$ 12,4 bilhões em 2015, crescimento de 5% em relação ao exercício anterior. O valor dos ativos totais chegou a R\$ 13,8 bilhões, com incremento de 6,3% em relação ao último ano.

Os ativos financeiros da Companhia são administrados de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, inclusive sem a necessidade de alienar os títulos marcados na categoria III – Títulos Mantidos até o Vencimento, de acordo com os preceitos das Circulares SUSEP nº 517/15 e 483/14.

A Companhia estabelece em seu estatuto social o pagamento de dividendos mínimos obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício após destinações legais.

Para o lucro líquido apurado no exercício 2015, a proposta de distribuição de resultado, a ser encaminhada pela Administração destinará 5% do lucro líquido à constituição de reserva legal e 95% para os acionistas, que inclui: dividendos complementares a distribuir e ratifica o pagamento de dividendos intermediários e de Juros Sobre Capital Próprio.

A Companhia possui política de gestão de capital que estabelece diretrizes para manutenção do Patrimônio Líquido em volume suficiente para garantir a solvência da Companhia e ativos líquidos livres, conforme estabelecido pelo órgão regulador, através da Resolução CNSP nº 321/15.

A Brasilcap obteve outras vitórias em 2015. A Companhia recebeu, pelo quinto ano consecutivo, o Certificado Empresa Cidadã, conferido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ). Ainda no campo da responsabilidade socioambiental, a Brasilcap aderiu aos PSI (Princípios para Sustentabilidade em Seguros - em inglês Principles of Sustainable Insurance), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Iniciativa Financeira, sendo a única empresa de capitalização entre as signatárias. A Brasilcap também foi lembrada no anuário Valor 1000, do jornal Valor Econômico, como a maior empresa de capitalização do país. A liderança no segmento rendeu também o Prêmio Segurador Brasil 2015 - categoria “Líder de Mercado: Capitalização”.

O desempenho da Brasilcap se reflete nos prêmios distribuídos, que ajudaram a realizar os sonhos de clientes dos quatro cantos do País. Entre os meses de janeiro e dezembro, foram entregues mais de R\$ 194 milhões para aproximadamente 30 mil títulos contemplados.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que apoiaram as iniciativas da Companhia, transformando em realidade os nossos projetos. Reservamos um agradecimento especial aos clientes, aos acionistas, à força de vendas do Banco do Brasil, dos Correios, a todos os demais parceiros comerciais e aos nossos colaboradores.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2016

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	ATIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			11.087.066	9.963.901
DISPONÍVEL			817	174
Caixa e Bancos			817	174
APLICAÇÕES	6		11.068.115	9.944.784
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	9		10.249	11.540
Créditos das Operações de Capitalização			10.249	11.540
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS			3.558	2.435
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	10		2.981	3.643
Títulos e Créditos a Receber			36	34
Créditos Tributários e Previdenciários			846	1.886
Outros Créditos			2.099	1.723
DESPESAS ANTECIPADAS			1.346	1.325
ATIVO NÃO CIRCULANTE			2.731.135	3.036.224
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			2.723.294	3.022.945
APLICAÇÕES	6		1.839.140	2.316.290
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER			884.112	706.598
Créditos Tributários e Previdenciários	11		127.683	104.486
Depósitos Judiciais e Fiscais	12		756.429	602.112
DESPESAS ANTECIPADAS			42	57
INVESTIMENTOS	13		1.228	1.250
Imóveis Destinados a Renda			184	205
Outros Investimentos			1.044	1.045
IMOBILIZADO			2.885	6.035
Imóveis de Uso Próprio			219	239
Bens Móveis			2.144	5.133
Outras Imobilizações			522	663
INTANGÍVEL			3.728	5.994
Outros Intangíveis			3.728	5.994
TOTAL DO ATIVO			13.818.201	13.000.125

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto o Lucro Líquido por ações em reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização		1.133.495	1.147.883
Arrecadação com Título de Capitalização		6.517.235	6.686.687
Variação da Provisão para Resgate		(5.383.740)	(5.538.804)
Variação das Provisões Técnicas		(29.467)	(23.561)
Resultado com Outras Provisões Técnicas		(29.467)	(23.561)
Resultado com Sorteio		(230.180)	(224.545)
Custo de Aquisição	19	(537.508)	(544.622)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	19	(15.786)	(12.263)
Outras Receitas Operacionais		2.860	1.743
Outras Despesas Operacionais		(18.646)	(14.006)
Despesas Administrativas	19	(96.993)	(87.820)
Pessoal Próprio		(39.964)	(35.677)
Serviços de Terceiros		(17.964)	(17.082)
Localização e Funcionamento		(19.462)	(17.173)
Publicidade e Propaganda		(5.072)	(3.864)
Publicações		(357)	(178)
Donativos e Contribuições		(13.671)	(13.598)
Despesas Administrativas Diversas		(503)	(248)
Despesas com Tributos	19	(45.192)	(45.296)
Resultado Financeiro	19	435.540	324.489
Receitas Financeiras		1.490.901	1.135.290
Despesas Financeiras		(1.055.361)	(810.801)
Resultado Patrimonial	19	397	251
Receitas com Imóveis de Renda		419	273
Despesas com Imóveis Destinados a Renda		(22)	(22)
Resultado Operacional		614.306	534.516
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes	19	(4)	(51)
Resultado antes dos Impostos e Participações		614.302	534.465
Imposto de Renda	11.c	(145.789)	(126.164)
Contribuição Social	11.c	(103.252)	(80.219)
Participação sobre o Lucro		(4.801)	(3.820)
Lucro Líquido antes da reversão dos Juros Sobre Capital Próprio		360.460	324.262
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio		18.356	-
Lucro Líquido do Exercício		378.816	324.262
Quantidade de Ações		324.000.000	324.000.000
Lucro Líquido por Ação		1,1692	1,0008

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro Líquido do Exercício	378.816	324.262
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	378.816	324.262

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reserva de Capital Doações e Sub-venções	Reservas de Lucros Reserva Legal	Outras Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	79.054	-	7.552	15.811	167.131	-	269.548
Aumento de Capital em aprovação conforme AGO de 17/03/2014	-	32.210	-	-	(32.210)	-	-
Aprovação de Aumento de Capital conforme Portaria SUSEP nº 5.974 de 06/08/2014	32.210	(32.210)	-	-	-	-	-
Pagamento de Dividendos Complementares referente ao exercício de 2013	-	-	-	-	(66.948)	-	(66.948)
Transferência para Reserva de Lucros conforme Circular SUSEP nº 483/2014	-	-	(7.552)	-	7.552	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	324.262	324.262
Pagamento de Dividendos Antecipados - 1º semestre de 2014	-	-	-	-	-	(97.867)	(97.867)
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	6.442	-	(6.442)	-
Constituição da Reserva de Lucro	-	-	-	-	73.953	(73.953)	-
Dividendos Adicionais Complementares	-	-	-	-	146.000	(146.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	111.264	-	-	22.253	295.478	-	428.995
Aumento de Capital em aprovação conforme AGO de 13/03/2015	-	120.000	-	-	(120.000)	-	-
Aprovação de Aumento de Capital conforme Portaria SUSEP nº 189 de 09/06/2015	120.000	(120.000)	-	-	-	-	-
Pagamento de Dividendos Adicionais referente ao exercício de 2014	-	-	-	-	(146.000)	-	(146.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	378.816	378.816
Pagamento de Dividendos Antecipados - 1º semestre de 2015	-	-	-	-	-	(201.690)	(201.690)
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(18.356)	(18.356)
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	18.941	-	(18.941)	-
Constituição da Reserva de Lucro	-	-	-	-	139.829	(139.829)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	231.264	-	-	41.194	169.307	-	441.765

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro Líquido do Exercício	378.816	324.262
Ajustes para:	6.665	5.688
Depreciações e Amortizações	6.404	5.855
Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível	4	51
Variação Monetária de Longo Prazo	257	(218)
Variação das Contas Patrimoniais	(21.482)	(244.304)
Ativos Financeiros	(646.181)	(2.487.418)
Créditos das Operações de Capitalização	(210)	7.245
Créditos Fiscais e Previdenciários	1.040	(143)
Ativo Fiscal Diferido	(23.197)	(24.270)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(152.414)	(105.379)
Despesas Antecipadas	(6)	1.188
Contas a Pagar	22.424	(35.152)
Impostos e Contribuições	420	209
Outras Contas a Pagar	(922)	4.930
Débitos de Operações com Capitalização	(1.432)	9.891
Provisões Técnicas - Capitalização	602.360	2.263.311
Provisões Judiciais	176.850	121.479
Outros Passivos	(214)	(195)
Caixa Gerado pelas Operações	363.999	85.646
Impostos sobre o Lucro Pagos	3.658	80.253
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	367.657	165.899
Atividades de Investimentos		
(+) Recebimento pela venda de Ativo Permanente	185	-
Imobilizado	185	-
(-) Pagamento pela compra de Ativo Permanente	(1.153)	(1.101)
Imobilizado	(526)	(136)
Intangível	(627)	(965)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento	(968)	(1.101)
Atividades de Financiamento		
Distribuição de Dividendos	(347.690)	(164.815)
Distribuição de Juros Sobre Capital Próprio	(18.356)	-
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento	(366.046)	(164.815)
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	643	(17)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	174	191
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	817	174
	643	(17)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
1 - Receitas	6.520.156	6.688.657
Receitas com Operações de Título de Capitalização	6.566.133	6.740.233
Devoluções e Cancelamentos	(48.898)	(53.546)
Prescrição Exigibilidade	2.502	1.698
Receitas Não Operacionais	419	272
2 - Variações das Provisões Técnicas	(859.949)	(663.601)
Juros e Variação Monetária das Provisões Matemáticas	(859.949)	(663.601)
3 - Receita Líquida Operacional (1-2)	5.660.207	6.025.056
4 - Sorteios e Resgates	(5.643.387)	(5.786.910)
Despesas com Sorteios e Resgates	(5.613.920)	(5.763.349)
Provisões de Bônus e Insuficiência de Sorteios	(29.467)	(23.561)
5 - Insumos Adquiridos de Terceiros	(780.975)	(749.086)
Materiais, Energia e Outros	(54.374)	(42.957)
Serviços de Terceiros, Comissões Líquidas	(726.601)	(706.129)
6 - Valor Adicionado Bruto (3-4-5)	(764.155)	(510.940)
7 - Depreciação, Amortização e Exaustão	(6.404)	(5.855)
8 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (6-7)	(770.559)	(516.795)
9 - Valor Adicionado Recebido/Cedido em Transferência	1.490.901	1.135.290
Receitas Financeiras	1.490.901	1.135.290
10 - Valor Adicionado Total a Distribuir (8-9)	720.342	618.495
11 - Distribuição do Valor Adicionado	720.342	618.495
11.1) Pessoal	44.767	39.496
Remuneração Direta	18.612	16.439
Benefícios	4.503	3.655
Encargos	8.251	7.445
Participação sobre o Lucro	4.801	3.820
Outros	8.600	8.137
11.2) Impostos, Taxas e Contribuições	294.232	251.679
Federais	294.111	251.546
Estaduais	16	15
Municipais	105	118
11.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	2.527	3.058
Juros	1	636
Aluguéis	2.526	2.422
11.4) Remuneração de Capitais Próprios	378.816	324.262
Dividendos	201.690	97.867
Juros Sobre Capital Próprio	18.356	-
Lucros Retidos	158.770	226.395

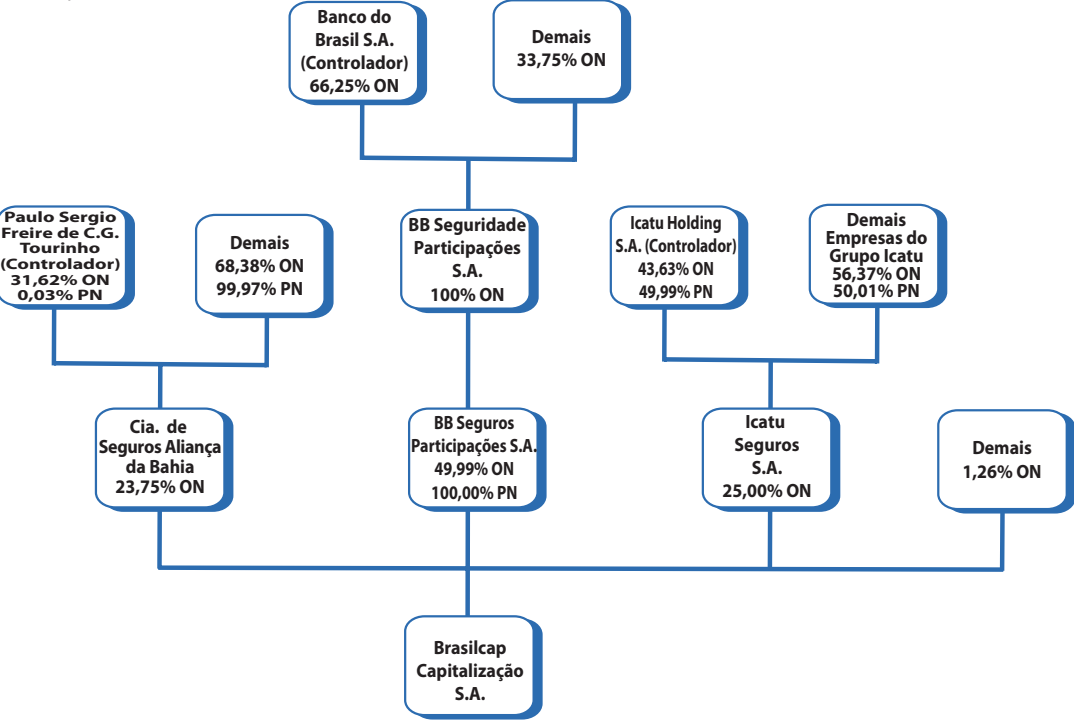
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilcap Capitalização S.A., denominada "Companhia" ou "Brasilcap", é uma sociedade por ações, sediada no Rio de Janeiro, situada à Rua Senador Dantas, 105 - 9º e 10º andares, Centro, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a comercializar planos de capitalização, bem como os demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização. A Companhia iniciou suas atividades em julho de 1995 e opera em todas as unidades da federação, sendo o principal canal de distribuição a rede de agências do Banco do Brasil, acionista controlador da BB Seguros e Participações S.A..

A Brasilcap Capitalização S.A. tem como principais acionistas (Ações Ordinárias - ON), a BB Seguros Participações S.A. com 49,99%, Icatu Seguros S.A. com 25,00%, Companhia de Seguros Aliança da Bahia com 23,75% e demais acionistas com 1,26%. A composição acionária completa, incluindo as ações preferencias, está demonstrada na nota explicativa nº 18.1.



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tenham sido referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e normas da própria SUSEP, vigentes na data de publicação dessas Demonstrações Financeiras.

Em 30 de julho de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 517, que, dentre outros assuntos, altera o plano de contas, modelos de divulgação das Demonstrações Financeiras e informações mínimas para Notas Explicativas. Em 24 de novembro de 2015, foi emitida a Circular SUSEP nº 521, que altera alguns artigos da Circular nº 517.

Nas presentes Demonstrações Financeiras, o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 está sendo apresentado comparativamente aos valores referentes ao último balanço anual, com data-base de 31 de dezembro de 2014, assim como as Demonstrações de Resultados, de Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa da Companhia estão apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as Demonstrações Financeiras foram aplicadas em sua elaboração (Vide nota nº 3).

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os Instrumentos Financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; e
- Os Instrumentos Financeiros derivativos mensurados a valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e corresponde ao ambiente econômico de atuação da Companhia. Todas as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2015, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião datada de 12 de fevereiro de 2016.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas CPC, SUSEP e CNSP requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para os registros de certas transações que afetam os Ativos e Passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados às Provisões Técnicas, ao Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, ao valor do desembolso provável refletidos na Provisão para Ações Judiciais e da apuração de demais saldos sujeitos a esta avaliação e dos Impostos Diferidos.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas, e o reconhecimento contábil de efeitos que, porventura surjam, são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Provisões Técnicas (vide notas nºs 3.9 e 17);
- Avaliação do valor justo de determinados Instrumentos Financeiros (vide nota nº 6);
- Avaliação pelo custo amortizado das Provisões Judiciais (vide notas nºs 3.10.1 e 12); e
- Reconhecimento e avaliação de Impostos Diferidos (vide nota nº 11).

2.6. Gestão do Capital

Na Gestão do Capital, a Companhia observa a alocação de capital baseado em risco, conforme definido na Resolução CNSP nº 321/2015, tendo como objetivo manter o PLA – Patrimônio Líquido Ajustado acima do CMR – Capital Mínimo Requerido.

Nas últimas datas-base a solvência da Companhia apresentava-se conforme o quadro abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Exigência de Capital Mínimo Requerido	441.765	428.995
Patrimônio Líquido	441.765	428.995
Despesas Antecipadas.....	(1.388)	(1.382)
Ativo Intangível.....	(3.728)	(5.994)
Obras de Arte.....	(5)	(5)
1. Patrimônio Líquido Ajustado	436.644	421.614
Capital Base.....	10.800	10.800
2. Capital de Risco	264.643	275.228
Capital Adicional de Crédito.....	219.630	227.853
Capital Adicional de Subscrição.....	44.367	51.149
Capital Adicional Operacional.....	19.796	17.959
Benefício da Correlação entre Riscos.....	(19.150)	(21.733)

Razão entre CMR e PLA - %	165,0%	153,2%
Suficiência/Insuficiência - R\$ Mil	172.001	146.386
Suficiência/Insuficiência - PLA - % CMR	65,0%	53,2%

Exigência de Ativos Livres Líquidos	31/12/2015	31/12/2014
Liquidez - Resolução CNSP nº 321/2015 - Art. 2º V	499.342	454.019
Ativos Livres (Nota 8).....	552.271	509.065
Ativos Líquidos - 20% CMR.....	52.929	55.046

O quadro abaixo mostra o cálculo da liquidez, considerando o efeito da Marcação a Mercado sobre os ativos Mantidos até o Vencimento (HTM).

Exigência de Ativos Livres Líquidos	31/12/2015	31/12/2014
Liquidez - Resolução CNSP nº 321/2015 - Art. 2º V	431.572	366.267
Ativos Livres (Nota 8).....	484.501	421.313
Ativos Líquidos - 20% CMR.....	52.929	55.046

Efeito da Marcação a Mercado sobre Ativos HTM

O conceito de solvência também está presente na Resolução CNSP nº 321/2015, que corresponde ao percentual do capital que excede ao exigido por esse normativo.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os anos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do Resultado

As Receitas de Capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de Produto de Pagamento Único (PU) ou da 1ª parcela de Produto de Pagamento Mensal (PM) ou Periódico (PP) e recebimentos dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou PP. O reconhecimento das despesas de Provisão Matemática para Resgates (PMR), Provisão para Sorteio (PS) e demais Custos de Aquisição necessários à comercialização dos títulos, acompanham a forma de contabilização da receita. As Receitas e Despesas Financeiras são reconhecidas nas competências, sendo estimadas com base nas taxas de juros e atualizações monetárias contratadas. A Companhia por meio de estudo técnico, comprovou que não há necessidade de diferir as receitas de títulos de Pagamento Único - PU, uma vez que as despesas residuais subsequentes à emissão dos títulos são irrelevantes.

3.1.2. Balanço Patrimonial

Conforme Circular SUSEP nº 517/2015, o Balanço Patrimonial está classificado em Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante.

O Ativo Circulante se espera que seja realizado, ou seja, mantido para a venda, negociação ou mantidos até o vencimento dentro do prazo dos 12 meses seguintes à data do balanço.

O Ativo Não Circulante segrega os créditos acima de 12 meses ou com prazo indeterminado para sua realização, que não constituem negócios usuais para operação da Companhia, com exceção das aplicações financeiras Mantidas até o Vencimento, que estão classificadas em parte no grupo realizável a longo prazo.

O Passivo Circulante tem como finalidade manter suas exigibilidades dentro dos 12 meses seguintes à data do balanço e engloba, basicamente, a operação da Companhia. O principal item do Passivo Circulante são as provisões técnicas, o critério utilizado para classificá-las no circulante baseia-se no direito dos proprietários dos títulos de capitalização de poder resgatá-los após o prazo de carência, contado a partir do início da vigência.

O Passivo Não Circulante possui prazo de liquidação acima de 12 meses ou indeterminado, a classificação dos principais itens no Não Circulante, notadamente as provisões fiscais, são oriundas de ações judiciais cíveis, trabalhistas e principalmente tributárias, onde a Brasilcap é a autora, e que não possuem trânsito em julgado, estando as mesmas garantidas integralmente por meio de Depósitos Judiciais, registrados no Ativo Não Circulante. Os Ativos e Passivos sujeitos à atualização monetária são corrigidos com base nos índices definidos legalmente ou em contratos.

3.2. Instrumentos Financeiros

• Classificação e Mensuração

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC's nºs 38, 39, 40 e 46, a Companhia efetuou a avaliação de seus Instrumentos Financeiros, inclusive derivativos. Os Ativos Financeiros são classificados e mensurados conforme descritos a seguir:

• Caixa e Bancos (Disponível)

Caixa e Bancos abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que tenham objetivo de cumprir pagamentos de curto prazo. Limites de créditos bancários que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

• Títulos e Valores Mobiliários Mensurados ao Valor Justo por meio do resultado

Os Títulos e Valores Mobiliários, adquiridos com o propósito de serem frequente e ativamente negociados, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no Ativo Circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses Títulos e Valores Mobiliários são reconhecidos no resultado.

• Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento

Os Títulos e Valores Mobiliários para os quais a Brasilcap possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

• Empréstimos e Recebíveis

São Ativos Financeiros representados pelos títulos de capitalização a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses Ativos Financeiros são mensurados pelo custo amortizado ajustado, quando aplicável, por Reduções ao Valor Recuperável.

• Instrumentos Financeiros Derivativos

São classificados no Ativo ou Passivo Circulante como Títulos e Valores Mobiliários Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado e contratos futuros.

3.3. Créditos Tributários

Os Créditos Tributários diferidos de imposto de renda foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações Financeiras. No caso da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, os Créditos Tributários foram constituídos com a alíquota vigente de 20%, para os ajustes temporários com previsão de realização até 31 de dezembro de 2018 e à alíquota de 15% para aqueles com previsão de realização a partir de 01 de janeiro de 2019.

3.4. Investimentos

Os Investimentos são demonstrados ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para eventuais perdas na sua realização.

3.5. Imobilizado

Os itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) acumuladas, se houver.

A Administração, com base no histórico de perdas da Companhia para atendimento ao CPC nº 01, aprovado pela Circular SUSEP nº 517/2015, entende que não há indicadores de perda do Valor Recuperável dos mesmos, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação aplicadas estão ligadas à vida útil econômica dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6. Intangível

Os itens do Ativo Intangível são representados por gastos com desenvolvimento e implantação de sistemas, sendo amortizados por um prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de sua utilização.

3.7. Redução ao Valor Recuperável

Um Ativo Financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As provisões para Imposto de Renda e para Contribuição Social foram calculadas considerando para o IRPJ à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente a R\$ 240 ao ano. A provisão da Contribuição Social foi calculada sobre o lucro antes do Imposto de Renda, à alíquota de 15% até o mês de agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015, conforme legislação vigente nos períodos de apuração do corrente exercício.

3.9. Provisões Técnicas

As Provisões Técnicas da Brasilcap são estabelecidas considerando o disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015:

3.9.1. Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A Provisão Matemática para Capitalização é constituída para cada título em vigor ou suspenso enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título e abrange a parcela dos valores arrecadados com aplicação das respectivas cotas de capitalização. É calculada a partir da emissão da parcela única ou primeira parcela do título de capitalização ou a partir da informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas. Mensalmente é capitalizada pela taxa de juros definida no plano e atualizada pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança.

3.9.2. Provisão para Resgates (PR)

As Provisões para Resgate de títulos vencidos e antecipados são constituídas pelos valores de saldo de resgate dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na atualização do saldo de resgate dos títulos, que equivale ao saldo da Provisão Matemática para Resgates na data do evento gerador, atualizado pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança, conforme definida no plano, até a data do efetivo pagamento do valor resgatado ao titular. Entende-se como data do evento gerador, no caso de títulos vencidos, a data de final de vigência e, para títulos antecipados, a data de solicitação de resgate ou a data de cancelamento após o prazo de suspensão.

3.9.3. Provisão para Sorteio a Realizar (PSR)

Os valores destinados à constituição da provisão para sorteio a realizar foram calculados sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, e a baixa da provisão de sorteio a realizar foi registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na acumulação de aportes que provêm de percentual(ais) de cota(s) de sorteio(s) aplicáveis sobre o(s) pagamento(s), conforme estabelecido(s) no plano, e de baixas que provêm do valor equivalente ao risco decorrido. Essa provisão é mensalmente capitalizada pela respectiva taxa de juros e/ou atualizada pelo índice de atualização do plano.

3.9.4. Provisão para Sorteio a Pagar (PSP)

A metodologia de cálculo desta provisão consiste na constituição dos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios, no período entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação, atualizados monetariamente pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança.

3.9.5. Provisão Complementar de Sorteios (PCS)

A Provisão Complementar de Sorteio (PCS) deve ser constituída mensalmente para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar. De forma geral, será necessária apenas nos casos de sorteios referentes à premiação instantânea e contemplação obrigatória. A reversão ou sua baixa se dá na efetiva contemplação do sorteio, ou ainda, a partir do momento em que o saldo da provisão de sorteios a realizar da modalidade de sorteio com contemplação obrigatória for superior ao seu respectivo valor esperado.

3.9.6. Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)

Atendendo às mesmas orientações e determinações da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, a companhia alocou as provisões de contingência relativas a bônus no grupo de "Provisão de Distribuição de Bônus". A Provisão para Distribuição de Bônus deve ser constituída enquanto não ocorrido o seu evento gerador e abrange os valores relativos à concessão de bônus por fidelização ou de bônus em renda variável.

A Provisão de Distribuição de Bônus por fidelização tem como objetivo garantir a concessão de bônus aos clientes que permanecerem ativos e adimplentes até o fim da vigência dos títulos de capitalização que em nota técnica atuarial possuam esta previsão. A metodologia de cálculo desta provisão consiste no acúmulo de aportes mensais que provêm de 50% (metade) da atualização monetária da provisão matemática para capitalização.

A Provisão de Distribuição de Bônus em renda variável representa uma parte do resgate do título de capitalização vinculada a um fundo de investimento em ações. A sua variação é constituída pelos aportes mensais e pela oscilação das cotas do respectivo fundo. A metodologia de cálculo da provisão de renda variável consiste no acúmulo de aportes que provêm de percentual(ais) aplicável(eis) sobre o(s) pagamento(s), conforme cotizações estabelecidas nos planos de capitalização, que são convertidos em cotas do fundo de ações, na data estabelecida no plano, sofrendo a variação dos índices referentes a essas cotas.

3.9.7. Prescrição de Títulos de Capitalização

A Companhia movimentada, nas provisões para resgates de títulos vencidos, antecipados e de sorteio a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo às disposições previstas no Código Civil.

3.10. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

3.10.1. Provisões para Ações Judiciais

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica "Outros Débitos - Provisões Fiscais", no Passivo Não Circulante. Os correspondentes Depósitos Judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no Ativo Não Circulante, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente.

As provisões para as ações judiciais de natureza cível e trabalhista, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente de acordo com a avaliação do departamento jurídico e consultores externos.

3.10.2. Provisões

Em atendimento ao CPC nº 25, a Companhia provisiona suas obrigações prováveis e apenas divulga em Notas Explicativas as consideradas possíveis e remotas.

3.11. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de Dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do exercício ajustado em consonância com a legislação em vigor. Na data do encerramento das Demonstrações Financeiras, a provisão é limitada ao Dividendo Obrigatório. Os Dividendos adicionais da Companhia são registrados no Passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Governança dos Riscos

O Gerenciamento de Riscos na Companhia contempla os Riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Legal e Operacional.

Por princípio e observância das melhores práticas de Gestão de Riscos, a estrutura e processos de governança contemplam os seguintes aspectos:

- Segregação de funções: negócio x risco;
- Estrutura específica para avaliação e monitoramento de riscos;
- Decisões colegiadas;
- Políticas e Diretrizes de Investimentos e de Gestão de Riscos em documento institucional interno; e
- Referência às melhores práticas de gestão.

4.2. Processo de Gestão de Riscos

A Companhia considera o Gerenciamento de Riscos e de Capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

O processo de Gestão de Riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às seguintes fases:

Preparação: fase de coleta e análise dos dados. Nessa etapa, são analisados os riscos e propostas às ações de mitigação, que são encaminhadas para discussão e deliberação no Comitê Financeiro e, se necessário, no Conselho de Administração;

Decisão: as decisões são tomadas de forma colegiada nos escalões competentes e comunicadas às áreas intervenientes; Execução: as áreas intervenientes aplicam as decisões tomadas, sob a coordenação da Área de Risco ou de Controles Internos;

Acompanhamento/Gestão: é o controle realizado pela área de Risco, avaliando o cumprimento das deliberações e seus impactos na Companhia, comunicando a situação dessas ações ao fórum competente (Diretor Financeiro ou Comitê Financeiro). O controle diário e relatórios mensais sobre risco têm por objetivo proporcionar maior agilidade e eficiência na tomada de decisões, bem como aprimorar o processo de gestão da Companhia.

Planos de Ação, de Contingência e de Continuidade do Negócio: A Gerência de Controles Internos da Companhia é responsável pelo acompanhamento dos pontos de controle e pontos de auditoria, que requerem ações periódicas regulares ou extraordinárias. É a principal responsável pela elaboração e manutenção dos planos de contingência e da gestão de continuidade do negócio.

A Auditoria Interna é responsável por analisar e emitir relatórios periódicos sobre os processos e riscos da Companhia. Os pontos identificados pelos auditores poderão gerar ações administrativas e gerenciais, para tratamento das causas e efeitos de cada risco observado, correção e melhoria de processos.

4.3. Risco de Mercado

4.3.1. Política de Riscos de Mercado

A Política de Riscos de Mercado para todos os Ativos Financeiros e de utilização de Instrumentos Derivativos, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à Gestão de Ativos Financeiros da Companhia, que inclui a política de *hedge* e de diversificação.

A Área de Risco é responsável pelo acompanhamento e verificação do enquadramento da carteira às normas internas e externas e aos limites de exposição a risco aprovados pela Companhia. As informações sobre exposição para acompanhamento dos riscos, bem como eventuais desenquadramentos são reportados aos gestores das carteiras de investimentos, e à Alta Administração da Companhia. Os relatórios sobre a Gestão de Riscos são apresentados nas reuniões mensais do Comitê Financeiro.

Os Riscos de Mercado são acompanhados diariamente, através do *VaR – Value-at-Risk*, calculado por simulação histórica, para um dia útil, com nível de confiança de 95%.

Em complemento ao acompanhamento diário, são realizados mensalmente testes de estresse sobre os Ativos Marcados a Mercado e trimestralmente, testes de sensibilidade, descritos no tópico Teste de Sensibilidade nesta Nota Explicativa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

4.3.2. Exposição

A demonstração da exposição aos Riscos de Mercado da Companhia nos últimos exercícios pode ser vista no quadro a seguir:

Fatores de Risco	31/12/2015		31/12/2014	
Taxa de Juros Pré-Fixada	8.474.900	66,0%	7.058.492	58,0%
Derivativos p/Hedge (Ajustes)	680	-	(794)	-
Taxa de Juros Pós-Fixada.....	3.127.787	24,4%	3.788.716	31,1%
Cupom de IPCA.....	1.235.283	9,6%	1.333.821	10,9%
TR Ativo	616	-	1.234	-
Caixa/Compromissadas 1 dia.....	288	-	290	-
Total	12.839.554	100,0%	12.181.759	100,0%

O Fundo BBCAP, em 31 de dezembro de 2014, possuía 37.425 contratos de DI com valor nocional de R\$ 3.268.806. Em 31 de dezembro de 2015, o Fundo possuía 33.040 contratos de DI com valor nocional de R\$ 2.786.116, com o objetivo de proteger parte dos recursos alocados em títulos pré-fixados.

Parte dos ativos expostos à taxa de juros pré-fixadas encontra-se protegidos contra variações de mercado por operações com derivativos para fins de *Hedge*, que alteram a exposição da carteira aos fatores de Riscos de Mercado, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Efeito de Hedge sobre a Exposição a Risco de Mercado

Fatores de Risco	31/12/2015		31/12/2014	
Taxa de Juros Pré-Fixada	8.474.900	66,0%	7.058.492	58,0%
Efeito do Hedge na Exposição Pré-Fixada	(2.787.579)	(21,7)%	(3.270.227)	(26,8)%
Total Exposição ao Risco Pré	5.687.321	44,3%	3.788.265	31,2%
Taxa de Juros Pós-Fixada.....	3.127.787	24,4%	3.788.716	31,1%
Efeito do Hedge na Exposição Pós-Fixada	2.787.579	21,7%	3.270.227	26,8%
Total Exposição ao Risco Pós	5.915.366	46,1%	7.058.947	57,9%

Os demais fatores de Risco de Mercado, tais como riscos de preços de *commodities* e riscos de câmbio, não estão presentes na carteira de Ativos Financeiros garantidores da Companhia.

4.3.3. Análise de Sensibilidade

Para elaboração da Análise de Sensibilidade das posições passivas e ativas da Companhia, considerou-se a possibilidade de ocorrência de um cenário eventual, no qual a taxa básica de juros e os cupons de juros dos papéis indexados a índices de inflação sofreriam um aumento ou uma redução da ordem de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual). Os resultados dos testes nos últimos exercícios são mostrados na tabela a seguir:

Efeito em Milhares de Reais	Elevação da Taxa em 1% a.a.		Redução da Taxa em 1% a.a.	
	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
	Após IR	Antes do IR	Após IR	Antes do IR
31/12/2015				
Taxa de Juros Pré-Fixada	(25.923)	(43.205)	26.559	44.264
Taxa de Juros Pós-Fixada.....	52	87	(54)	(89)
Cupom de IPCA.....	(9.933)	(16.554)	10.267	17.112
TR Passivo (Títulos de Capitalização)	86.545	144.241	(92.253)	(153.755)
Total	50.741	84.569	(55.481)	(92.468)
31/12/2014				
Taxa de Juros Pré-Fixada	(15.788)	(26.314)	16.113	26.856
Taxa de Juros Pós-Fixada.....	48	81	(50)	(83)
Cupom de IPCA.....	(15.026)	(25.043)	15.678	26.130
TR Passivo (Títulos de Capitalização)	55.712	92.853	(45.853)	(76.421)
Total	24.946	41.577	(14.112)	(23.518)

4.4. Risco de Liquidez

4.4.1. Gestão do Risco de Liquidez

A Gestão do Risco de Liquidez da Companhia utiliza a análise de ALM como instrumento para avaliar o nível de descasamento de prazos e de exposição entre ativos e passivos.

Os prazos dos resgates dos títulos de capitalização emitidos pela Companhia são comparados com os prazos dos ativos da carteira garantidora desses títulos, identificando-se possíveis pontos de descasamento. Apesar da possibilidade de resgate antecipado, os títulos estão apresentados no Passivo Circulante, haja vista que, os fluxos futuros do Passivo possuem comportamento de resgates antecipados característicos, que são estimados e projetados pela Companhia com a mesma distribuição observada no histórico de cada produto de captação.

Nesta Nota Explicativa, a análise apresentada considera a projeção de todos os fluxos de todos os Ativos Financeiros, bem como das contas de despesas, necessárias para a manutenção da Companhia em regime de *run off*, regime de funcionamento no qual os produtos deixam de ser negociados e a Companhia continua em funcionamento até a extinção total das obrigações assumidas.

Do lado das fontes de recursos, a maioria dos Ativos Financeiros garantidores das operações de capitalização possui mercado ativo que possibilita sua venda antes do vencimento, permitindo à Companhia fazer frente às eventuais necessidades de caixa. Apesar de realista, a hipótese da venda antecipada dos Ativos Financeiros não foi considerada na análise mostrada nesta nota. De forma conservadora, os ativos foram considerados líquidos em seus respectivos vencimentos.

Nesta análise, as eventuais sobras de caixa foram remuneradas pela estrutura a termo das taxas de juros projetadas com base em cenários referentes ao mercado de DI.

A tabela a seguir mostra as análises realizadas nas últimas datas-base:

Fluxo data-base: 31/12/2015	Valores em R\$ mil					
	Jan-Jun 2016	Jul-Dez 2016	Jan-Jun 2017	Jul-Dez 2017	Jan-Jun 2018	Jul-Dez 2018
Descrição do fluxo	2016	2016	2017	2017	2018	2018
Fluxo de Caixa dos Ativos	3.892.424	3.460.158	1.865.760	3.316.549	224.485	1.315.470
Recebimentos das Demais Parcelas.....	923.506	708.596	491.842	367.047	263.918	194.217
Fluxo de caixa do Passivo (Exigibilidades)	(3.549.291)	(2.842.025)	(2.984.239)	(2.144.703)	(2.329.284)	(1.714.703)
Caixa Líquido - Primário	1.266.639	1.326.729	(626.637)	1.538.893	(1.840.881)	(270.629)
Caixa Anterior + Remuneração	85.438	1.509.584	3.096.652	2.645.040	4.451.311	2.751.960
Saldo de Caixa	1.352.077	2.836.313	2.470.015	4.183.933	2.610.430	2.519.467
Fluxo data-base: 31/12/2014						
	Jan-Jun 2015	Jul-Dez 2015	Jan-Jun 2016	Jul-Dez 2016	Jan-Jun 2017	Jul-Dez 2017
Descrição do fluxo	2015	2015	2016	2016	2017	2017
Fluxo de Caixa dos Ativos	2.801.111	2.021.893	3.414.511	3.233.825	771.448	158.474
Recebimentos das Demais Parcelas.....	1.156.824	916.764	684.666	534.072	406.369	320.574
Fluxo de Caixa do Passivo (Exigibilidades).....	(2.804.871)	(2.362.924)	(2.731.691)	(2.478.960)	(2.111.443)	(2.041.413)
Caixa Líquido - Primário	1.153.064	575.733	1.367.486	1.288.937	(933.626)	(1.562.365)
Caixa Anterior + Remuneração	48.219	1.295.282	2.052.105	3.598.682	5.270.183	4.447.380
Saldo de Caixa	1.201.283	1.871.015	3.419.591	4.887.619	4.336.557	2.885.015

4.5. Risco de Crédito

4.5.1. Política de Risco de Crédito

A Política aprovada pelo Conselho de Administração aplica-se a todos os negócios que envolvam Risco de Crédito e está estruturada de forma a atender às restrições legais e ao gerenciamento da carteira de ativos. Atualmente, o limite de exposição ao Risco de Crédito de instituições privadas está definido em 24% dos ativos totais da Companhia, incluindo nessa exposição títulos de Instituições Financeiras e Não Financeiras.

4.5.2. Sistemas de Mensuração

A Companhia avalia a perda esperada para a carteira de ativos, com base nas notas de *rating* e prazos dos Títulos Privados, conforme metodologia própria. A tabela a seguir mostra os percentuais esperados de *default* utilizados pela Companhia para avaliação desses riscos:

Tabela de Atribuição de Probabilidade de Default por Rating e Prazo, para Títulos de Renda Fixa Privados							
Prazos (anos) X Rating	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC/C
1	0,02%	0,04%	0,10%	0,49%	0,74%	1,11%	1,66%
3	0,14%	0,28%	1,08%	3,88%	5,82%	8,73%	13,09%
5	0,34%	0,68%	2,27%	6,61%	9,91%	14,87%	22,30%
7	0,50%	1,00%	3,00%	7,92%	11,88%	17,82%	26,72%
30	0,92%	1,84%	4,44%	9,59%	14,38%	21,58%	32,36%

A tabela abaixo demonstra os valores estimados de *default*, para os Títulos Privados existentes na Carteira de Investimentos da Companhia, nas datas-base abaixo:

Rating	31/12/2015		31/12/2014	
	Exposição	Risco de Crédito	Exposição	Risco de Crédito
AAA	1.438.936	480	1.491.699	691
AA	703.345	1.821	807.134	1.629
A	374.737	581	266.754	861
BBB	10.154	50	-	-
BB	46.314	1.905	-	-
C	20.656	1.680	-	-
Total	2.594.142	6.517	2.565.587	3.181

O resultado dessa avaliação é acompanhado pelo Gestor de Investimentos e informado ao Comitê Financeiro em suas reuniões ordinárias e à Diretoria Financeira, oportunamente, quando da ocorrência de alterações na carteira.

4.5.3. Política de Mitigação

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, a Companhia adota uma postura conservadora e utiliza limites de exposição e de concentração restritivos, de forma a manter-se em conformidade com os limites indicados pela SUSEP, baseado no Capital Mínimo Requerido (nota 2.6) e dentro das melhores práticas de gestão de ativos.

4.5.4. Concentração

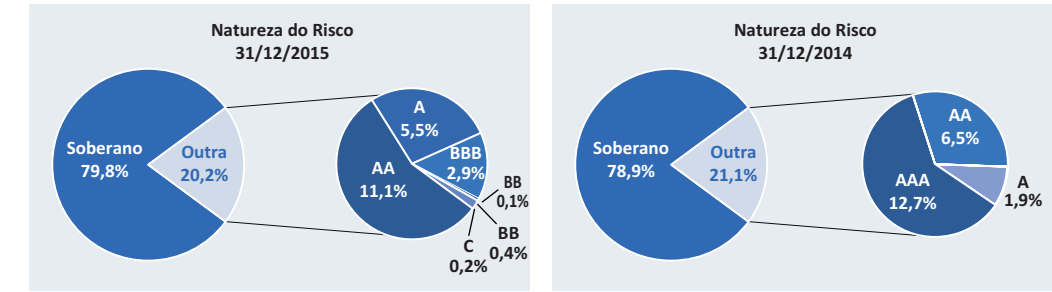
As estratégias de Gerenciamento do Risco de Crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do “apetite” de risco da Companhia e o estabelecimento de limites de exposição a risco de concentração e de perdas estimadas.

Conforme definido no documento Políticas e Diretrizes de Investimentos e de Gestão de Riscos, a Companhia possui limites de concentração para exposição ao Risco de Crédito, tanto por emissor quanto por tranches emitidas. Nas últimas datas-base a Companhia possuía a seguinte proporção de títulos com Risco de Crédito:

	31/12/2015	31/12/2014
Títulos Públicos Federais	79,8%	78,9%
Títulos Privados	20,2%	21,1%
	100,0%	100,0%

O Documento Políticas e Diretrizes de Investimentos e de Gestão de Riscos da Companhia prevê Aplicações Financeiras apenas em empresas e títulos classificados com nota de *rating* na escala nacional de AAA até BBB, definida pelas agências *Fitch Atlantic Rating*, *S&P* e *Moody's*, ou seja, com classificação na escala de investimento (*investment grade*), no caso de *ratings* divergentes é considerado sempre o de pior avaliação, em conformidade com os normativos para o setor de seguridade, previdência e capitalização.

O gráfico a seguir mostra a distribuição dos Títulos Privados de acordo com a as notas de *rating* em escala nacional:



5. RISCO OPERACIONAL

5.1. Fases do Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

A área de Risco é responsável pela identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos Riscos Operacionais da Companhia. O processo de gestão inclui a utilização de *software* dedicado ao registro, e avaliação de Riscos Operacionais e controles por área e por processo.

Parte dos Ativos Financeiros da carteira de investimentos da Companhia encontra-se marcada na curva, classificados como Categoria III – Mantidos até o Vencimento, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015, Capítulo II das Normas Contábeis, Seção II, Subseção XXXIV, XXXV e XXXVI, art's. 203, 204 e 205. Dessa forma, os valores de registro desses ativos no Balanço Patrimonial da Companhia não sofrem alterações decorrentes de variações nas taxas de juros e preços de mercado.

No quadro a seguir são mostrados os resultados do Teste de Sensibilidade, considerando-se apenas os ativos classificados como Categoria I – Títulos para Negociação:

Somente ativos marcados a mercado

Efeito em Milhares de Reais	Elevação da Taxa em 1% a.a.		Redução da Taxa em 1% a.a.	
	Patrimônio Líquido Após IR	Resultado do Exercício Antes do IR	Patrimônio Líquido Após IR	Resultado do Exercício Antes do IR
31/12/2015				
Taxa de Juros Pré-Fixada	(12.903)	(21.504)	13.216	22.027
Taxa de Juros Pós-Fixada.....	52	87	(54)	(89)
Cupom de IPCA.....	(3.088)	(5.147)	3.226	5.377
TR Passivo (Títulos de Capitalização)	86.545	144.241	(92.253)	(153.755)
Total	70.606	117.677	(75.865)	(126.440)
31/12/2014				
Taxa de Juros Pré-Fixada	(5.068)	(8.447)	5.169	8.615
Taxa de Juros Pós-Fixada.....	48	81	(50)	(83)
Cupom de IPCA.....	(4.548)	(7.581)	4.789	7.981
TR Passivo (Títulos de Capitalização)	55.712	92.853	(45.853)	(76.421)
Total	46.144	76.906	(35.945)	(59.908)

O quadro abaixo mostra a composição de Ativos e Passivos da Companhia:

31/12/2015				31/12/2014			
Ativo Total	13.818.201	100,00%		Ativo Total	13.000.125	100,00%	
Aplicações Financeiras.....	12.839.554	92,9%		Aplicações Financeiras.....	12.181.759	93,7%	
Fundo BB CAP Ações + BB600mil (1).....	67.701	0,5%		Fundo BB CAP Ações + BB600mil (1).....	79.315	0,6%	
Depósitos Judiciais Fiscais (2)	756.429	5,5%		Depósitos Judiciais Fiscais (2)	602.112	4,6%	
Demais Ativos (2)	154.517	1,1%		Demais Ativos (2)	136.939	1,1%	
Passivo Total	13.818.201	100,00%		Passivo Total	13.000.125	100,00%	
Provisões Técnicas	12.354.369	89,4%		Provisões Técnicas	11.752.009	90,4%	
Passivo Contencioso Fiscal (3)	829.182	6,0%		Passivo Contencioso Fiscal (3)	650.284	5,0%	
Demais Passivos (3)	192.885	1,4%		Demais Passivos (3)	168.837	1,3%	
Patrimônio Líquido.....	441.765	3,2%		Patrimônio Líquido.....	428.995	3,3%	

Os retornos do Fundo BB Cap Ações (1) não afetam os resultados da Companhia, pois se trata de carteira cuja rentabilidade é totalmente transferida para os titulares dos produtos Ourocap Flex, como bônus. Dessa forma, eventuais variações de preços desses ativos não representam risco para a Companhia.

Os valores registrados no ativo como Depósitos Judiciais (2) e Passivo Contencioso Fiscal (3) são contas de mesma natureza, cuja diferença (R\$ 72.753 em 2015 e 48.172 em 2014) representa 0,5% (em 2015) e 0,4% (em 2014) dos ativos totais. Esses ativos e passivos não podem ser negociados, tendo em vista que não justifica avaliação dos efeitos das variações dos fatores de mercado sobre seus valores. Além disso, eventuais variações na correção dos valores dos Depósitos Judiciais são integralmente refletidas nos correspondentes valores do Passivo Contencioso, gerando efeito nulo no resultado da Empresa.

A Companhia avaliou a exposição a riscos dos demais Ativos (4) e Passivos (5) e concluiu não haver necessidade de se efetuar testes de Análise de Sensibilidade, em face da pequena representatividade tanto na estrutura patrimonial como nas operações da Companhia e por se tratar de contas cuja natureza não está sujeita aos efeitos dos fatores de Risco de Mercado.

A Gerência de Controles Internos é responsável pela manutenção da qualidade dos Controles Internos, e a certificação de práticas e produtos em conformidade com leis, normativos externos e normas internas. Para a otimização desta gestão, são utilizadas metodologias e ferramentas tais como Testes e Agentes de Conformidade, cursos de disseminação da cultura de Controles Internos, Auditorias Interna e Externa e Gestão de Continuidade de Negócios – GCN.

Quanto à Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), cabe ressaltar a existência de espaço físico reservado em local diferente da sede da Companhia, incluindo *hardware*, mobiliário, documentação e treinamento de funcionários, objetivando mitigar o risco de uma parada involuntária de sistemas operacionais da Sede, assim como falta de acesso físico a ela, evitando uma paralisação prolongada dos principais processos críticos que possam gerar prejuízos à corporação.

6. APLICAÇÕES

6.1. Classificação da Carteira

Conforme Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, Capítulo II, Seção I, Subseção VI, Art. 134, § 3º - Os ativos mantidos essencialmente com o propósito de negociação deverão ser considerados no Ativo Circulante. A Companhia classifica suas aplicações da seguinte forma:

	31/12/2015						
	1 a 30 dias ou sem Vencimento	31 a 180 Dias	181 a 360 Dias	Acima de 360 Dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado							
CDB.....	-	65.857	-	-	65.857	65.857	0,51
Debêntures.....	-	15.381	42.510	510.288	568.179	568.179	4,40
Letra Financeira.....	-	328.470	1.179.349	393.326	1.901.145	1.901.145	14,73
CRI	-	-	-	607	607	607	-
DPGE	-	-	-	15.552	15.552	15.552	0,12
Fundo Exclusivo de Renda Fixa...	1.396.863	924.247	877.239	3.279.652	6.478.001	6.478.001	50,19
Fundo Exclusivo de Renda Variável.....	67.086	-	-	-	67.086	67.086	0,52
Fundo Não Exclusivo.....	615	-	-	42.801	43.416	43.416	0,34
	1.464.564	1.333.955	2.099.098	4.242.226	9.139.843	9.139.843	70,81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

31/12/2014							
	1 a 30 dias ou sem Vencimento	31 a 180 Dias	181 a 360 Dias	Acima de 360 Dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos							
Títulos Mensurados a Valor Justo							
por Meio do Resultado							
LTN - 1 DIA.....	307	-	-	-	307	307	-
NTN - B - 1 DIA.....	871.699	-	-	-	871.699	871.699	14,11
Ajuste de DI FUTURO.....	-	(3)	(121)	(670)	(794)	(794)	-
LFT.....	-	39.224	26.149	571.092	636.465	636.465	10,31
LTN.....	169.925	525.767	1.254.452	2.599.776	4.549.920	4.549.920	73,72
NTN - F.....	31.450	-	-	83.156	114.606	114.606	1,86
TDA.....	-	-	4	8	12	12	-
Saldo de Caixa.....	2	-	-	-	2	2	-
Outros Créditos.....	1	-	-	-	1	1	-
Valores a Pagar.....	(20)	-	-	-	(20)	(20)	-
Total.....	1.073.364	564.988	1.280.484	3.253.362	6.172.198	6.172.198	100,00

6.2.2. Composição do Fundo de Investimento Renda Variável

31/12/2015							
	1 a 30 dias ou sem Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo	%	1 a 30 dias ou sem Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo
Títulos							
LTN - 1 DIA.....	-	-	-	-	14.415	14.415	18,32
NTN-B - 1 DIA.....	4.996	4.996	4.996	7,45	99	99	0,13
Ajuste de DI FUTURO.....	(1)	(1)	(1)	-	(185)	(185)	(0,24)
Saldo de Caixa.....	2	2	2	-	2	2	-
Valores a Receber.....	3.591	3.591	3.591	5,35	169	169	0,21
Valores a Pagar.....	(3.257)	(3.257)	(3.257)	(4,85)	(369)	(369)	(0,47)
AES TIETE S/A.....	289	289	289	0,43	-	-	-
ALL AMER LAT.....	-	-	-	-	120	120	0,15
AMBEV.....	4.775	4.775	4.775	7,12	5.483	5.483	6,97
BANCO DO BRASIL.....	864	864	864	1,29	1.319	1.319	1,68
BB SEGURIDADE.....	1.172	1.172	1.172	1,75	1.468	1.468	1,87
BCO SANTANDER.....	49	49	49	0,07	36	36	0,05
BMF BOVESPA.....	1.945	1.945	1.945	2,90	1.364	1.364	1,73
BR MALLS.....	47	47	47	0,07	52	52	0,07
BR PROPERTIE.....	-	-	-	-	21	21	0,03
BRAD PART.....	10	10	10	0,01	21	21	0,03
BRADESCO.....	4.242	4.242	4.242	6,32	7.562	7.562	9,61
BRADESCO DIREITO DE SUBSCRIÇÃO.....	22	22	22	0,03	-	-	-
BRASIL FOODS.....	2.614	2.614	2.614	3,90	3.435	3.435	4,37
BRASKEM.....	1.363	1.363	1.363	2,03	31	31	0,04
CCR RODOVIAS.....	1.665	1.665	1.665	2,48	763	763	0,97
CEMIG.....	42	42	42	0,06	67	67	0,09
CESP.....	21	21	21	0,03	570	570	0,72
CETIP.....	1.153	1.153	1.153	1,72	56	56	0,07
CIA HERING.....	17	17	17	0,03	18	18	0,02
CIELO.....	1.904	1.904	1.904	2,84	1.963	1.963	2,50
COPEL.....	22	22	22	0,03	562	562	0,71
COSAN.....	35	35	35	0,05	27	27	0,03
CPFL ENERGIA.....	42	42	42	0,06	612	612	0,78
CYRELA.....	17	17	17	0,03	19	19	0,02
DURATEX S/A.....	-	-	-	-	16	16	0,02
ECORODOVIAS.....	9	9	9	0,01	15	15	0,02
ELETROBRAS.....	-	-	-	-	21	21	0,03
ELETROPAULO.....	-	-	-	-	5	5	-
ENBRAER.....	1.425	1.425	1.425	2,12	1.475	1.475	1,87
ENERGIAS BR.....	1.125	1.125	1.125	1,68	14	14	0,02
EQUATORIAL.....	1.288	1.288	1.288	1,92	-	-	-
ESTACIO.....	33	33	33	0,05	1.704	1.704	2,17
EVEN S/A.....	-	-	-	-	8	8	0,01
FIBRIA CELUL.....	1.324	1.324	1.324	1,97	49	49	0,06
GAFISA.....	-	-	-	-	6	6	0,01
GERDAU.....	36	36	36	0,05	58	58	0,07
GERDAU MET.....	165	165	165	0,25	20	20	0,03
GOL LINHAS.....	-	-	-	-	14	14	0,02
HYPERMARCAS.....	1.183	1.183	1.183	1,76	1.205	1.205	1,53
ITAU UN. HOL.....	8.499	8.499	8.499	12,67	9.829	9.829	12,49
ITAUSA.....	2.163	2.163	2.163	3,22	200	200	0,25
JBS S/A.....	1.604	1.604	1.604	2,39	123	123	0,16
KLABIN.....	1.044	1.044	1.044	1,56	38	38	0,05
KROTON.....	1.368	1.368	1.368	2,04	1.485	1.485	1,89
LIGHT.....	-	-	-	-	11	11	0,01
LOCALIZA.....	32	32	32	0,05	392	392	0,50
LOJ AMER.....	74	74	74	0,11	1.174	1.174	1,49
LOJAS RENNER.....	1.564	1.564	1.564	2,33	69	69	0,09
MARCOPOLO.....	-	-	-	-	12	12	0,02
MARFRIG.....	19	19	19	0,03	1.722	1.722	2,19
MR ENGENHARIA.....	21	21	21	0,03	314	314	0,40
MULTIPLAN.....	27	27	27	0,04	380	380	0,48
NATURA.....	36	36	36	0,05	37	37	0,05
OI S/A.....	11	11	11	0,02	27	27	0,03
PÃO AÇUCAR.....	1.976	1.976	1.976	2,95	1.193	1.193	1,52
PDG REALTY.....	-	-	-	-	8	8	0,01
PETROBRAS.....	4.561	4.561	4.561	6,80	5.011	5.011	6,37
QUALICORP.....	28	28	28	0,04	457	457	0,58
RAIDROGASIL.....	1.128	1.128	1.128	1,68	-	-	-
ROSSI RESID.....	-	-	-	-	2	2	-
RUMO LOGIST.....	13	13	13	0,02	-	-	-
SABESP.....	59	59	59	0,09	38	38	0,05
SID NACIONAL.....	22	22	22	0,03	26	26	0,03
SMILES.....	17	17	17	0,03	-	-	-
SUL AMÉRICA.....	1.515	1.515	1.515	2,26	-	-	-
SOUZA CRUZ.....	-	-	-	-	50	50	0,06
SUZANO PAPEL.....	66	66	66	0,10	2.190	2.190	2,78
TAESA.....	-	-	-	-	1.226	1.226	1,56
TELEF BRASIL.....	152	152	152	0,23	84	84	0,11
TIM PART S/A.....	50	50	50	0,07	1.078	1.078	1,37
TRACTEBEL.....	62	62	62	0,09	47	47	0,06
ULTRAPAR.....	2.608	2.608	2.608	3,89	1.124	1.124	1,43
USIMINAS.....	7	7	7	0,01	1.102	1.102	1,40
VALE S/A.....	4.056	4.056	4.056	6,05	4.914	4.914	6,25
WEGE.....	75	75	75	0,11	-	-	-
Total.....	67.086	67.086	67.086	100,00	78.673	78.673	78.673

6.3. Movimentação das Aplicações Financeiras

	Saldo em 31/12/2014	Aplica- ções	Resgate	Juros/ Amortização	Renta- bilidade	Ajuste TVM	Saldo em 31/12/2015
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado	8.817.102	3.734.344	(4.359.887)	(140.165)	1.114.832	(26.383)	9.139.843
Títulos Privados.....	2.514.790	514.315	(679.158)	(125.185)	352.960	(26.383)	2.551.339
Quotas de Fundos de Investimentos.....	6.302.312	3.220.029	(3.680.729)	(14.980)	761.872	-	6.588.504
Títulos Mantidos até o Vencimento	3.443.972	1.194.988	(1.160.329)	(61.686)	350.467	-	3.767.412
Títulos Públicos.....	3.443.972	1.194.988	(1.160.329)	(61.686)	350.467	-	3.767.412
Total.....	12.261.074	4.929.332	(5.520.216)	(201.851)	1.465.299	(26.383)	12.907.255

	Saldo em 31/12/2013	Aplica- ções	Resgate	Juros/ Amortização	Renta- bilidade	Ajuste TVM	Saldo em 31/12/2014
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado	5.566.624	5.647.158	(2.934.309)	(163.477)	707.199	(6.093)	8.817.102
Títulos Privados.....	1.297.335	1.462.358	(307.954)	(123.217)	192.361	(6.093)	2.514.790
Quotas de Fundos de Investimentos.....	4.269.289	4.184.800	(2.626.355)	(40.260)	514.838	-	6.302.312
Títulos Mantidos até o Vencimento	4.207.032	487.710	(1.568.290)	(77.498)	395.018	-	3.443.972
Títulos Públicos.....	4.207.032	487.710	(1.568.290)	(77.498)	395.018	-	3.443.972
Total.....	9.773.656	6.134.868	(4.502.599)	(240.975)	1.102.217	(6.093)	12.261.074

As taxas médias de aquisição dos Títulos e Valores Mobiliários da carteira foram calculadas com base nas seguintes premissas:

- A ponderação das taxas foi feita levando-se em conta Títulos Públicos e Privados, segmentados por tipo de indexador; e
- As taxas foram ponderadas pela sua representatividade financeira na Carteira.

Títulos Privados - Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado

	Taxa %	
Indexador	31/12/2015	31/12/2014
% CDI.....	106,82	107,16
CDI +.....	1,30	1,41
IPCA +.....	5,42	6,05
TR +.....	10,00	10,00
Títulos Públicos - Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		

	Taxa %	
Indexador	31/12/2015	31/12/2014
% TMS.....	100,00	100,00
Pré.....	12,09	10,56
TR +.....	6,00	6,00
Títulos Públicos - Títulos Mantidos até o Vencimento		

	Taxa %	
Indexador	31/12/2015	31/12/2014
IPCA +.....	4,14	3,76
Pré.....	12,70	10,26

6.3.1. Determinação do Valor Justo

Valor Justo dos Ativos Financeiros é o montante que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor Justo das Aplicações dos Fundos de Investimentos foi obtido a partir dos valores divulgados pelas Instituições Financeiras administradoras dos fundos. Os Títulos de Renda Fixa Públicos e Privados tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência e cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM).

Para a determinação do Valor Justo das Debêntures são utilizadas cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Para os CDBs foi desenvolvido um modelo de Marcação a Mercado que utiliza como base e parâmetros os negócios efetivados nos Fundos de Investimentos administrados pela BB-DTVM, leilões e/ou consultas na BMF & BOVESPA. Os critérios de precificações dos Instrumentos Financeiros Derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BMF & BOVESPA para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID). Os Investimentos Mantidos até o Vencimento estão registrados e divulgados pelo Valor de Custo, sendo o Valor Justo apresentado apenas para fins de divulgação (nota nº 6.1).

6.4. Hierarquia de Valor Justo

A Companhia classifica os Instrumentos Financeiros em 2 (dois) níveis de subjetividade na determinação do Valor Justo. Os diferentes níveis são definidos conforme segue:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para Ativos e Passivos idênticos; e
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o Ativo ou Passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

	31/12/2015			31/12/2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos						
Títulos Mensurados a Valor Justo						
por Meio do Resultado						
Carteira Própria						
CDB.....	-	65.857	65.857	-	185.743	185.743
Debêntures.....	-	568.179	568.179	-	714.201	714.201
Letra Financeira.....	-	1.901.145	1.901.145	-	1.613.624	1.613.624
CRI.....	-	607	607	-	1.222	1.222
DPGE.....	-	15.552	15.552	-	-	-
Total.....	-	2.551.340	2.551.340	-	2.514.790	2.514.790
Renda Fixa						
Quotas de Fundo Exclusivo de Renda Fixa.....	-	6.478.016	6.478.016	-	6.172.215	6.172.215
Renda Variável						
Quotas de Fundo Exclusivo de Renda Variável.....	-	66.750	66.750	-	78.772	78.772
Quotas de Fundo Não Exclusivos.....	-	43.416	43.416	-	51.441	51.441
Títulos Mantidos até o Vencimento						
Carteira Própria						
LTN.....	2.213.785	-	2.213.785	2.225.999	-	2.225.999
NTN - B.....	1.005.256	-	1.005.256	1.008.230	-	1.008.230
NTN - F.....	480.601	-	480.601	120.234	-	120.234
Total.....	3.699.642	-	3.699.642	3.354.463	-	3.354.463
Total Geral.....	3.699.642	9.139.522	12.839.164	3.354.463	8.817.218	12.171.681

6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

c. Resultado do Exercício

	31/12/2015	31/12/2014
Corrente.....	(159.869)	(142.270)
Diferido.....	13.721	15.160
Reversão de Exercícios Anteriores.....	359	946
Imposto de Renda.....	(145.789)	(126.164)
Corrente.....	(112.943)	(89.903)
Diferido.....	9.476	9.111
Ajuste pela Entrega da Declaração.....	215	573
Contribuição Social.....	(103.252)	(80.219)

Aprentamos a seguir a reconciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, nos exercícios mencionados acima:

	31/12/2015	31/12/2014
1) Resultado antes do IR e da CSLL, da Despesa de JCP e após a Participação dos Empregados:	609.501	530.645
- Resultado Antes dos Tributos.....	614.302	534.465
- Participações dos Administradores e Empregados.....	(4.801)	(3.820)
2) Adições/(Exclusões) Permanentes:	11.622	9.003
- Despesas/Reversões não Dedutíveis.....	10.906	8.261
- Outras Adições/(Exclusões).....	716	742
3) Adições/(Exclusões) Temporárias:	56.733	60.641
- Ajustes a Valor Justo de Títulos e Valores Mobiliários.....	8.663	6.114
- Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis.....	42.027	53.368
- Ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/2007.....	2.228	246
- Outras Adições/(Exclusões).....	3.815	913
4) Base de cálculo dos encargos incidentes:	677.856	600.289
5) Imposto de Renda:	159.868	142.270
- Alíquota de 15%.....	101.678	90.043
- Adicional de 10%.....	67.762	60.005
- Incentivos Fiscais.....	(9.572)	(7.778)
6) Alíquota Efetiva:	26,23%	26,81%

b.1) Contribuição Social

	31/12/2015	31/12/2014
1) Resultado antes do IR e da CSLL, da Despesa de JCP e após a Participação dos Empregados:	609.501	530.645
- Resultado Antes dos Tributos.....	614.302	534.465
- Participações dos Administradores e Empregados.....	(4.801)	(3.820)
2) Adições/(Exclusões) Permanentes:	11.028	8.068
- Despesas/Reversões não Dedutíveis.....	11.028	8.068
3) Adições/(Exclusões) Temporárias:	56.733	60.641
- Ajustes a Valor Justo de Títulos e Valores Mobiliários.....	8.663	6.114
- Provisões para demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis.....	42.027	53.368
- Ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/2007.....	2.228	246
- Outras Adições/(Exclusões).....	3.815	913
4) Base de cálculo CSLL:	677.263	599.354
- Até agosto de 2015.....	458.680	599.354
- a partir de setembro de 2015.....	218.583	-
5) Contribuição Social:	112.943	89.903
- Alíquota de 15%.....	68.802	89.903
- Alíquota de 20%.....	43.717	-
- Variação IN SRF nº 1591.....	424	-
6) Alíquota Efetiva:	18,53%	16,94%

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A premissa para classificação dos Depósitos e das Provisões Judiciais Fiscais, Trabalhistas e Cíveis entre Passivo Circulante e Não Circulante leva em consideração a expectativa da Administração, em relação aos prazos para finalização dos processos nos tribunais.

a. Composição dos Depósitos Judiciais Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Atualização Monetária	(Pagamentos)/ (Baixas)	Saldo em 31/12/2015
Contribuição Social.....	141.857	39.145	16.575	-	197.577
Cofins.....	290.079	38.898	26.823	-	355.800
Imposto de Renda.....	125.148	11.023	10.346	-	146.517
Programa de Integração Social – PIS.....	39.778	6.321	4.017	-	50.116
INSS.....	3.849	628	419	-	4.896
Ativos Fiscais.....	600.711	96.015	58.180	-	754.906
Trabalhistas.....	86	47	-	(7)	126
Outras Provisões.....	1.315	-	82	-	1.397
Ativos Contingentes.....	1.401	47	82	(7)	1.523
Total Geral.....	602.112	96.062	58.262	(7)	756.429

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Atualização Monetária	(Pagamentos)/ (Baixas)	Saldo em 31/12/2014
Contribuição Social.....	111.986	19.980	9.891	-	141.857
Cofins.....	236.341	35.563	18.175	-	290.079
Imposto de Renda.....	111.342	6.367	7.439	-	125.148
Programa de Integração Social – PIS.....	31.328	5.779	2.671	-	39.778
INSS.....	3.063	495	291	-	3.849
Ativos Fiscais.....	494.060	68.184	38.467	-	600.711
Cíveis.....	2	18	-	(20)	-
Trabalhistas.....	70	16	-	-	86
Outras Provisões.....	1.246	-	69	-	1.315
Ativos Contingentes.....	1.318	34	69	(20)	1.401
Total Geral.....	495.378	68.218	38.536	(20)	602.112

b. Composição das Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Atualização Monetária	(Pagamentos)/ (Baixas)	Saldo em 31/12/2015
Contribuição Social.....	171.848	51.989	17.743	-	241.580
Cofins.....	296.391	37.208	26.123	-	359.722
Imposto de Renda.....	136.175	24.499	10.345	-	171.019
Programa de Integração Social – PIS.....	41.952	6.046	3.894	-	51.892
INSS.....	3.918	639	412	-	4.969
Passivos Fiscais.....	650.284	120.381	58.517	-	829.182
Cíveis.....	116	149	-	(120)	145
Trabalhistas.....	580	429	-	(344)	665
Passivos Contingentes.....	696	578	(464)	810	810
Total Geral.....	650.980	120.959	58.517	(464)	829.992

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Atualização Monetária	(Pagamentos)/ (Baixas)	Saldo em 31/12/2014
Contribuição Social.....	127.911	35.732	10.694	(2.489)	171.848
Cofins.....	241.282	37.427	17.682	-	296.391
Imposto de Renda.....	122.098	6.639	7.438	-	136.175
Programa de Integração Social – PIS.....	33.287	6.082	2.583	-	41.952
INSS.....	3.138	493	287	-	3.918
Passivos Fiscais.....	527.716	86.373	38.684	(2.489)	650.284
Cíveis.....	170	12	-	(66)	116
Trabalhistas.....	464	116	-	-	580
Outras Provisões.....	14	-	-	(14)	-
Passivos Contingentes.....	648	128	-	(80)	696
Total Geral.....	528.364	86.501	38.684	(2.569)	650.980

c. Detalhamento dos processos por natureza de risco de perda

	31/12/2015			31/12/2014		
	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Quantidade
Fiscais						
Provável.....	615.116	615.116	4	650.284	650.284	9
Possíveis.....	213.945	213.945	5	947	-	1
Remota.....	121	121	1	-	-	-
Total.....	829.182	829.182	10	651.231	650.284	10
Trabalhistas						
Provável.....	665	665	14	580	580	13
Possíveis.....	1.053	-	4	76	-	4
Remota.....	985	-	28	784	-	21
Total.....	2.703	665	46	1.440	580	38
Cíveis & Outras						
Provável.....	145	145	11	116	116	15
Possíveis.....	1.627	-	103	1.885	-	68
Remota.....	94	-	12	69	-	14
Total.....	1.866	145	126	2.070	116	97
Totais						
Provável.....	615.926	615.926	29	650.980	650.980	37
Possíveis.....	216.625	213.945	112	2.908	-	73
Remota.....	1.200	121	41	853	-	35
Total Geral.....	833.751	829.992	182	654.741	650.980	145

b. Movimentação das Provisões Técnicas

	Provisão Matemática para Capitalização (PMC)	Provisão para Resgates (PR)	Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)	Provisão Complementar de Sorteios (PCS)	Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)	Outras Provisões Técnicas (OPT)	Total
Saldo em 31/12/2013.....	9.021.294	151.879	224.121	8.887	-	70.752	11.765	9.488.698
(+) Constituições.....	5.580.587	4.037.098	255.622	209.361	-	46.289	-	10.128.957
(-) Reversões.....	-	-	(238.676)	-	-	(442)	(11.875)	(250.993)
(-) Cancelamentos.....	(40.327)	-	(1.953)	-	-	-	-	(42.280)
(-) Transferências.....	(4.039.313)	27.069	-	-	-	(27.069)	-	(4.039.313)
(-) Pagamentos.....	-	(3.976.849)	-	(207.645)	-	-	-	(4.184.494)
(+) Atualização Monetária.....	646.418	1.936	14.914	223	-	-	110	663.601
(+/-) Atualização Quotas Renda Variável.....	-	-	-	-	-	(10.424)	-	(10.424)
(-) Prescrição de Títulos de Capitalização.....	-	(1.735)	-	(8)	-	-	-	(1.743)
Saldo em 31/12/2014.....	11.168.659	239.398	254.028	10.818	-	79.106	-	11.752.009
(+) Constituições.....	5.420.496	5.712.980	265.663	199.549	3.317	42.430	-	11.644.435
(-) Reversões.....	-	-	(233.171)	-	(43)	(3.028)	-	(236.242)
(-) Cancelamentos.....	(35.430)	-	(1.916)	-	-	-	-	(37.346)
(-) Transferências.....	(5.718.035)	34.428	-	-	-	(34.428)	-	(5.718.035)
(-) Pagamentos.....	-	(5.694.940)	-	(199.331)	-	-	-	(5.894.271)
(+) Atualização Monetária.....	834.705	5.251	19.700	293	-	-	-	859.949
(+/-) Atualização Quotas Renda Variável.....	-	-	-	-	-	(13.270)	-	(13.270)
(-) Prescrição de Títulos de Capitalização.....	-	(2.852)	-	(8)	-	-	-	(2.860)
Saldo em 31/12/2015.....	11.670.395	294.265	304.304	11.321	3.274	70.810	-	12.354.369

A avaliação quanto à probabilidade de perda das ações ajuizadas pela Companhia é realizada, exclusivamente, pelos advogados que patrocinam as causas, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) para fins de classificação, sob o acompanhamento de sua área jurídica.

d. Contingências com natureza de risco de perda provável

A Companhia constitui provisão para as causas classificadas como prováveis de perda. Em 31 de dezembro de 2015, as principais causas provisionadas são:

- (i) Contribuição Social - aplicação da alíquota de 8% - isonomia às pessoas jurídicas não financeiras, 3ª instância (Supremo Tribunal Federal - STF);
- (ii) Contribuição Social - majoração da alíquota de 9% para 15% - Lei nº 11.722/2008;
- (iii) Contribuição Social - majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei 13.169/2015;
- (iv) COFINS - inconstitucionalidade da base de cálculo - Lei nº 9.718/1998, 2ª instância (Tribunal Regional Federal - TRF 2ª Região);
- (v) Imposto de Renda - dedutibilidade da Contribuição Social em sua base de cálculo, 3ª instância (Supremo Tribunal Federal - STF);
- (vi) PIS - questionado o recolhimento na forma instituída na emenda Constitucional de Revisão nº 17/1997 e Medidas Provisórias que a regulamentam, 3ª instância (Supremo Tribunal Federal - STF); e
- (vii) INSS - inclusão do seguro de vida de empregados na base de cálculo do INSS, 2ª instância (Tribunal Regional Federal - TRF 2ª Região).

e. Contingências fiscais com a natureza de risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2015, o contingente classificado como perda possível representava um montante de R\$ 1.092 (R\$ 947 em 2014), sendo as principais questões discutidas em processos administrativos tributários:

- IRPJ e CSLL - referem-se à aplicação de multas de ofício pela Receita Federal do Brasil, calculadas sobre os valores correspondentes à remuneração das provisões matemáticas (TR mais juros), excluídos quando da apuração das bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, devidos por estimativa nos períodos de 1998 e 1999;
- PIS - para determinados períodos de 1998 e 1999, motivada pelo mesmo argumento constante dos autos do Imposto de Renda e da Contribuição Social, referendados no item anterior;
- COFINS - refere-se à aplicação de multas de ofício pela Receita Federal do Brasil, incidentes sobre o tributo calculado segundo o alargamento do conceito de faturamento, discutido em ação judicial em curso; e
- IRPJ, IRRF, PIS e CSLL - referem-se à aplicação de multas de ofício pela Receita Federal do Brasil, calculadas sobre valores dos tributos, de determinados períodos, efetivamente, recolhidos segundo a faculdade da denúncia espontânea.

13. INVESTIMENTOS

Os investimentos estão constituídos da seguinte forma:

Investimentos	Taxa Anual de Depreciação	31/12/2015	31/12/2014
Imóveis Destinados a Renda			
Terenos.....	-	83	83
Edificações.....	4%	101	122
		184	205

Outros Investimentos

Incentivos Fiscais

Incentivos Fiscais - Tecnologia.....	66	66
Incentivos Fiscais - Audiovisual.....	1.452	1.452
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR.....	7.486	7.486
Redução a Valor Recuperável.....	(7.965)	(7.964)
	1.039	1.040

Outros Investimentos

Obras de Arte.....	5	5
	5	5
	1.228	1.250

Total Geral.....

14. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

Com a instituição da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, foi ampliada à adesão do REFIS, para os débitos apurados até dezembro de 2013. A Companhia optou em aderir ao programa no processo administrativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL exercício 2008.

	DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS					PAGAMENTO			
Processo nº	Identificação	Principal	Multas de Mone-tária	Juros de ofício-Isolada	Multas sobre Multa	Saldo	Principal	Juros e Multas	BENE-FÍCIO FISCAL
16682.720053/2010-39	Auto de Infração - CSLL 2008	1.057	548	1.322	506	3.433	1.057	897	1.954
Total.....		1.057	548	1.322	506	3.433	1.057	897	1.954

A Companhia optou pelo pagamento à vista, com redução de 100% das multas de mora e de ofício (100% das multas isoladas).

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO

Débitos com Operações de Capitalização	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Comissões de Corretagem a Pagar.....	1.089	615
	1.089	615
Acordo Operacional Icatu Capitalização S/A.....	7.482	-
Cancelamentos de Títulos de Capitalização.....	1.860	1.647
Outros Débitos Operacionais.....	413	293
	9.755	1.940

Total.....	10.844	2.555
-------------------	---------------	--------------

Não Circulante

Acordo Operacional Icatu Capitalização.....	-	9.721
	-	9.721
	-	9.721

15.1. COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR ACORD

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital Social

O Capital Social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está representado por 324.000.000 ações, sendo 216.010.804 ordinárias e 107.989.196 preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total Ações	% Capital Total
BB Seguros Participações S.A.	107.989.204	49,99	107.989.196	100,00	215.978.400	66,66
Icatu Seguros S.A.	54.010.799	25,00	-	-	54.010.799	16,67
Companhia de Seguros Aliança da Bahia	51.292.002	23,75	-	-	51.292.002	15,83
Acionistas Minoritários	2.718.799	1,26	-	-	2.718.799	0,84
Total	216.010.804	100,00	107.989.196	100,00	324.000.000	100,00

18.2. Aumento de Capital

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17 de março de 2014, foi deliberado o Aumento de Capital no montante de R\$ 32.210, com Reserva de Lucros, sem emissões de ações.

Foi aprovado em 06 de agosto de 2014, o Aumento de Capital no valor de R\$ 32.210, conforme Portaria SUSEP nº 5.974.

A Administração com base nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2014, e de acordo com os normativos vigentes, encaminhou aos acionistas a proposta de Aumento de Capital no montante de R\$ 120.000, sendo parte da Reserva de Lucro oriunda do Lucro Líquido do exercício de 2014, em R\$ 73.953 e parte do saldo de Reserva de Lucros de Exercícios Anteriores, em R\$ 46.047, sem emissões de ações.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 13 de março de 2015, foi deliberado o Aumento de Capital no montante de R\$ 120.000, com Reserva de Lucros, sem emissões de ações.

Foi aprovado em 09 de junho de 2015, o Aumento de Capital no valor de R\$ 120.000, conforme Portaria SUSEP nº 189.

18.3. Dividendos Pagos

Aos acionistas são garantidos estatutariamente Dividendos mínimos equivalentes a 25% do Lucro Líquido ajustado do exercício em consonância com a legislação em vigor e Política de Gestão de Capital da Companhia. Abaixo demonstrativo dos Dividendos pagos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Dividendos Pagos	Exercício	Data	2015	2014
Pagamento de Dividendos Integrais.....	2013	06/02/2014	-	100.000
Pagamento de Dividendos Antecipados.....	2014	12/08/2014	-	97.867
Pagamento de Dividendos Adicionais	2014	13/02/2015	146.000	-
Pagamento de Dividendos Antecipados.....	2015	13/08/2015	201.690	-
Total			347.690	197.867

18.4. Juros Sobre Capital Próprio

A Lei nº 9.249/95, através do artigo 9º, instituiu como forma de remuneração do capital próprio das empresas, o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio. Por proposta da Administração foram creditados Juros Sobre Capital Próprio (JSCP), no valor bruto de R\$ 18.356, no exercício de 2015, tendo sido contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas Demonstrações Financeiras, esses juros foram revertidos do resultado do exercício e estão sendo apresentados na conta de Lucros Acumulados.

Em consonância com a distribuição de Dividendos, o pagamento de Juros Sobre Capital Próprio levou em consideração também a Política de Gestão de Capital da Companhia.

Os Juros Sobre o Capital Próprio foram calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido, ou seja, Capital Social e Reservas de Lucros, sendo tratados como dedutíveis nas bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social pelo seu efetivo crédito, de forma individualizada aos acionistas da Companhia, obedecendo ao limite da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

	2015
a) Critério de Dedutibilidade	
a) Lucro Líquido antes dos Juros e do Imposto de Renda; ou	487.892
b) Somatório dos Lucros Acumulados e Reserva Lucros	317.731
Montante Passível da Dedutibilidade - 50% do Maior Valor	243.946
b) Base de cálculo	
Capital Social - ON	74.180
Capital Social - PN	37.084
Reserva Legal	22.253
Reservas de Lucros.....	295.478
Patrimônio Líquido em 31/12/2014	428.995
Mutações	
Dividendos Pagos em Fevereiro de 2015	(146.000)
Patrimônio Líquido Ajustado	282.995
Taxa Efetiva.....	6,49%
Juros Sobre o Capital Próprio	18.356

18.5. Reservas de Capital

A Reserva de Capital corresponde ao saldo remanescente de subvenções de Incentivos Fiscais, desta forma, será mantido até a sua total destinação na forma prevista na Lei nº 6.404/1976 e suas alterações.

Conforme Circular SUSEP nº 517/2015, a Reserva de Incentivos Fiscais foi reclassificada para o grupo de “Reservas de Lucros”.

18.6. Reservas de Lucros

• Reserva Legal

É constituída ao final do exercício social, à razão de 5% sobre o Lucro Líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do Capital Social, em conformidade às disposições da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social.

• Outras Reservas de Lucros

Composta por Reservas Estatutárias, destinadas ao reforço do capital circulante e aplicação em ativos, principalmente, para garantir Patrimônio Líquido mínimo exigido à comercialização dos produtos da Companhia, em conformidade com o Estatuto Social, com a legislação vigente e com Dividendos Adicionais propostos pela Administração a serem pagos, por deliberação da Assembleia Geral.

18.7. Destinação do Resultado do Exercício

Demonstramos abaixo, o cálculo das propostas de Destinações do Resultado em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro Líquido do Exercício	378.816	324.262
Proposta de Distribuição do Lucro Líquido:		
Dividendos Antecipados referente ao 1º Semestre de 2015.....	(201.690)	(97.867)
Dividendos Adicionais	-	(146.000)
Juros Sobre Capital Próprio	(18.356)	-
Subtotal	(220.046)	(243.867)
Constituição de Reserva Legal.....	(18.941)	(6.442)
Constituição de Reserva de Lucro	(139.829)	(73.953)
Subtotal	(158.770)	(80.395)
Lucro Líquido Destinado	(378.816)	(324.262)

19. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	31/12/2015	31/12/2014
Custo de Aquisição	(537.508)	(544.622)
Corretagem.....	(374.630)	(374.496)
Custeamento de Vendas	(162.878)	(170.126)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(15.786)	(12.263)
Confeção e Postagem de Títulos	(1.001)	(4.195)
Receita com Prescrição de Títulos de Capitalização	2.860	1.743
Provisões para Ações Judiciais.....	(62)	24
Despesas Operacionais	(17.363)	(9.031)
Outras Receitas/Despesas	(220)	(804)
Despesas Administrativas	(96.993)	(87.820)
Pessoal Próprio	(39.964)	(35.677)
Prestadores de Serviços	(17.964)	(17.082)
Localização e Funcionamento	(17.031)	(15.553)
Arrendamento Mercantil	(2.431)	(1.620)
Publicidade e Propaganda	(5.072)	(3.864)
Publicações	(357)	(178)
Donativos e Contribuições.....	(13.671)	(13.598)
Diversas	(503)	(248)
Tributos	(45.192)	(45.296)
PIS.....	(6.046)	(6.082)
COFINS	(37.208)	(37.427)
Taxa de Fiscalização - SUSEP	(1.705)	(1.569)
Outros	(233)	(218)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Geraldo Afonso Dezena da Silva

CONSELHEIROS

Valdir Maysés Simão

Luis Inácio Lucena Adams

Gilson Alceu Bittencourt

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho

DIRETORIA

PRESIDENTE

Marcio Lobão

DIRETOR COMERCIAL

Marcos Renato Coltri

CONTADOR

Jairton Cardoso Guimarães

CRC-RJ 077462/O-4

ATUÁRIA

Jacqueline Marques Lana

MIBA 784

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

O Conselho Fiscal da **BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelos incisos II, III e VII, do artigo 163, da Lei nº 6.404/76, atualizada com a Lei nº 10.303/2001, declara haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da companhia relativas ao exercício findo em 31/12/2015, tendo concluído, com base nesse exame, no Parecer dos Auditores Independentes, KPMG - Auditores Independentes e no Parecer Atuarial – KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S.A., que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da companhia. Manifesta, ainda, com base no disposto no inciso III do artigo 163, da Lei 6.404/76, atualizada com a Lei nº 10.303/2001, seu parecer favorável à Proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, para destinação do lucro líquido do exercício de 2015 de **R\$ 378.815.889,42 (trezentos e setenta e oito milhões, oitocentos e quinze mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos)** da seguinte forma: a) Constituição da Reserva Legal, no montante de **R\$ 18.940.794,47 (dezoito milhões, novecentos e quarenta mil, setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e sete centavos)**, b) Ratificação pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24/03/2016 das deliberações do Conselho de Administração de pagamentos de

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2016

Eberson Carlos Costa

Conselheiro

Fábio Franco Barbosa Fernandes

Conselheiro

Ives César Fülber

Conselheiro

José Carlos Reis da Silva

Conselheiro

Márcio Santiago Câmara

Conselheiro

COMITÊ DE AUDITORIA - RESUMO DO RELATÓRIO DO EXERCÍCIO DE 2015

O Comitê de Auditoria da BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A. é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, subordinado ao Conselho de Administração da Companhia, constituído e funcionando com atribuições em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Durante o ano de 2015 o Comitê de Auditoria implementou seu plano de atividades, envolvendo a revisão de documentos e relatórios da Companhia com o objetivo de cumprir suas funções institucionais determinadas pela regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e replicadas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Comitê.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2016

Joaquim Alfredo da Cruz Filho

Coordenador do Comitê

Alexandre Petrone Vilardi

Membro do Comitê

Receitas Financeiras	31/12/2015	31/12/2014
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado	1.490.901	1.135.290
Títulos de Renda Fixa - Privados	1.138.457	738.800
Quotas de Fundos de Investimento.....	348.798	197.237
Títulos Mantidos até o Vencimento	789.659	541.563
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	350.467	395.018
Outras Receitas	1.977	1.472
Outras Receitas	1.977	1.472
Despesas Financeiras	(1.055.361)	(810.801)
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado	(50.008)	(37.694)
Títulos de Renda Fixa - Privados	(22.221)	(10.969)
Títulos de Renda Variável	(27.787)	(26.725)
Outras Despesas	(1.005.353)	(773.107)
Atualização Monetária e Juros das Provisões Técnicas	(859.949)	(663.601)
Taxa de Administração da Carteira.....	(120.958)	(105.023)
Despesa de Juros Sobre Capital Próprio	(18.356)	-
Outras Despesas Financeiras	(6.090)	(4.483)
Resultado Patrimonial	397	251
Receitas com Imóveis de Renda.....	419	273
Despesas com Imóveis de Renda.....	(22)	(22)
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes	(4)	(51)
Resultado na Alienação de Bens do Ativo Permanente.....	(4)	(51)

20. PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como Partes Relacionadas, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia, empresas integrantes do Grupo Banco do Brasil, BB Mapfre e Icatu Seguros e seus Administradores, conforme definições contidas no CPC nº 05.

Empresas	Natureza da Operação	Categoria	31/12/2015			31/12/2014		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Administradores	(a)	Outros	-	544	(5.607)	-	694	(5.718)
Contas a Pagar			-	544	-	-	694	-
Despesas Administrativas			-	-	(5.607)	-	-	(5.718)
Banco do Brasil S.A.	(b)	Coligada	811	-	(114.854)	168	109	(135.239)
Disponibilidades			811	-	-	168	-	-
Contas a Pagar			-	-	-	-	109	-
Despesas de Comercialização ..			-	-	(114.338)	-	-	(134.772)
Despesas Administrativas			-	-	(516)	-	-	(467)
Brasilveículos Companhia de Seguros	(c)	Ligada	-	-	(13)	-	-	(12)
Despesas Administrativas			-	-	(13)	-	-	(12)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	(c)	Ligada	4	-	(13)	7	-	(16)
Despesas Antecipadas			4	-	-	7	-	-
Despesas Administrativas			-	-	(13)	-	-	(16)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(d)	Ligada	2	-	(401)	9	-	(290)
Títulos e Créditos a Receber.....			2	-	-	9	-	-
Despesas Administrativas			-	-	(401)	-	-	(290)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI)	(e)	Ligada	36	-	419	34	-	273
Títulos e Créditos a Receber.....			36	-	-	34	-	-
Receitas Patrimoniais			-	-	419	-	-	273
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ..	(f)	Ligada	-	888	(373.378)	-	458	(378.803)
Comissões a Pagar			-	888	-	-	458	-
Despesas de Comercialização ..			-	-	(373.378)	-	-	(378.803)
BB Banco de Investimentos S.A.	(g)	Ligada	-	11.043	(121.095)	-	11.474	(105.150)
Contas a Pagar.....			-	11.043	-	-	11.474	-
Despesas Financeiras			-	-	(121.095)	-	-	(105.150)
BBTUR Viagens e Turismo Ltda	(h)	Ligada	-	-	(1.074)	-	-	(1.059)
Despesas Administrativas			-	-	(1.074)	-	-	(1.059)
Icatu Capitalização S.A.	(i)	Ligada	-	7.482	(21.004)	-	9.721	(9.721)
Contas a Pagar.....			-	7.482	-	-	9.721	-
Despesas Operacionais			-	-	(17.363)	-	-	(9.031)
Despesas Financeiras			-	-	(3.641)	-	-	(690)
TOTAL			853	19.957	(637.020)	218	22.456	(635.735)

Segue abaixo, a discriminação da natureza de cada empresa:

(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração;

(e) Contabilizada na rubrica “Despesas Administrativas” a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a Empregados e Administradores remuneração baseada em ações;

(b) Despesas Operacionais e Bancárias;

(c) Seguros de Automóveis e Patrimoniais;

(d) Previdência Privada dos Funcionários;

(e) Receita com Aluguel;

(f) Corretagem;

(g)Taxa de Administração pela Gestão da Carteira de Investimentos;

(h) Viagens de Funcionários e Administradores; e

(i) Em 29 de abril de 2014 foi assinado contrato com a Icatu Capitalização, a vigorar a partir de 01 de julho de 2014, permitindo que a Brasilcap comercialize Títulos de Capitalização nas antigas agências do Banco Nossa Caixa - BNC, incorporado pelo Banco do Brasil, conforme descrito na nota nº 15.1.

21. TAXAS DE CARREGAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

21.1. Carregamento

De acordo com as Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP, os principais produtos comercializados pela Companhia possuem as seguintes Taxas de Carregamento:

Produtos	Cota de Carregamento	
	31/12/2015	31/12/2014
Títulos de Pagamentos Mensais (PM) Tradicionais	8,16%	8,16%
Títulos de Pagamentos Únicos (PU) Tradicionais	16,04%	16,28%
21.2. Comercialização		
Produtos	Índice de Comercialização	
	31/12/2015	31/12/2014
Títulos de Pagamentos Mensais (PM)	6,98%	8,13%
Títulos de Pagamentos Únicos (PU)	7,87%	7,31%
Total	7,52%	7,63%

22. OUTROS ASSUNTOS

22.1. Cobertura de Seguros

Face à natureza de suas atividades a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos.

Em 31 de dezembro de

7 - Contador: Jailton Cardoso Guimarães - CRC-RJ 077462/O-4.